

Governo propõe zerar ICMS de diesel e gás e ressarcir Estados

Governo Compensação pela desoneração do diesel e do GLP ficará fora do teto de gastos e valerá até dezembro

Bolsonaro propõe zerar ICMS e ressarcir Estados

Renan Truffi, Daniel Rittner, Estevão Tajar, Lu Aiko Otta, Vandson Lima e Matheus Schuch De Brasília

Em mais uma ofensiva para tentar baixar a inflação e diminuir o preço dos combustíveis — a menos de quatro meses da eleição — o presidente Jair Bolsonaro propôs ontem ressarcir os Estados, caso os governadores aceitem desonerar integralmente o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o diesel e o GLP (gás de cozinha). Além disso, o Executivo se comprometeu, por sua vez, zerar os PIS, Cofins e a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) incidentes sobre a gasolina e o etanol. O pacote é uma contrapartida para que o Congresso Nacional aprove o projeto que limita tributos estaduais sobre combustíveis, energia e telecomunicações em 17%.

As desonerações e a compensação serão propostas por meio de uma proposta de emenda constitucional (PEC), a ser editada pelo Executivo, com limite financeiro e temporal fixados no texto. De acordo com fontes da equipe econômica ouvidas pelo Valor, o custo total deverá ficar em torno de R\$ 40 bilhões.

Desse total, R\$ 25 bilhões, referentes ao repasse aos governos estaduais pela perda de arrecadação com o ICMS sobre óleo diesel e gás de cozinha, ficarão fora

do teto de gastos. Os outros R\$ 15 bilhões, aproximadamente, decorrem da desoneração total de PIS/Cofins e Cide sobre gasolina e etanol. Esses tributos federais já foram zerados, anteriormente, para o diesel e o GLP.

Em relação ao prazo, a PEC dirá que as medidas terão validade entre 1º de julho e 31 de dezembro de 2022. Apesar disso, o governo está confiante que o aumento das receitas obtidas com royalties do petróleo e com dividendos da Petrobras devem conter impactos no resultado primário. O ministro da Economia, Paulo Guedes, chegou a dizer que a iniciativa vai ficar "dentro da responsabilidade fiscal".

"Trata-se de uma transferência extraordinária de recursos. Tem tempo definido, até 31 de dezembro, e valor está dentro da responsabilidade fiscal", ponderou. Guedes explicou também que há receitas extraordinárias que ainda não foram lançadas no orçamento, e que esta transferência aos entes estará limitada a essas receitas. "Da mesma forma que deve haver teto de gastos, deve haver teto de impostos", disse.

Guedes conclamou que haja um esforço conjunto em nome de uma redução no preço dos combustíveis que proteja a população. "Se a economia voltou forte e a arrecadação está aumentando, estamos com o comportamento de transferir isso à popu-

lação. Todos têm que colaborar. Estados e municípios estão todos no azul, situação que nunca estiveram antes", defendeu. "Estamos renovando compromisso de proteção da população com cooperação dos entes federativos, Senado e Câmara".

O anúncio do pacote foi feito pelo presidente da República na presença de ministros do governo e dos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que também endossaram a medida.

Na prática, o pacote é uma forma de o Executivo pressionar os governadores dos Estados a aceitarem um acordo em torno dos combustíveis. Isso porque aliados do Palácio do Planalto têm mostrado preocupação com o crescimento da inflação, o que tende a impactar a popularidade do presidente da República no período eleitoral.

Com essa proposta, o presidente Bolsonaro admitiu esperar um "entendimento", no Senado, para a aprovação do chamado projeto de lei complementar (PLP) 18/21, já aprovado na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado, que estabelece um teto para cobrança do ICMS para itens combustíveis, essenciais, como combustíveis, energia elétrica, telecomunicações e transporte coletivo.

"Governo resolveu avançar na diminuição da carga tributária



Bolsonaro: "Se os governadores entenderem que dá para zerar o ICMS, nós ressarciremos o que deborem de arrecadar"

para os brasileiros. No diesel e gás de cozinha, se governadores entenderem que dá para zerar o ICMS, nós ressarciremos o que deixarem de arrecadar. Na gasolina e etanol, o governo federal se dispõe a zerar os seus impostos, PIS/Cofins e Cide", explicou Bolsonaro.

Presidente da Câmara, Arthur Lira também admitiu que a negociação tem como objetivo principal resolver o problema da inflação, que preocupa a base aliada bolsonarista. "Estamos preocupados em diminuir os impactos da inflação, da crise causada pela pandemia e pela guerra. A iniciativa do governo tem a sensibilidade da Câmara", disse Lira antes de enviar recado aos senadores. "Esperamos que o Senado tenha sensibilidade na aprovação do PLP 18 [que limita ICMS a 17%]. Depois disso, tramitaremos a PEC sobre o ressarcimento dos Estados", contou ele.

O presidente do Senado, por sua vez, disse que espera uma solução consensual e por meio do diálogo para reduzir o ICMS sobre combustíveis, mas reiterou a existência de preocupações dos Estados e não falou em data para votar o projeto que impõe um teto de 17% sobre a gasolina e o óleo diesel, entre outros itens.

Segundo ele, a iniciativa do governo releva a preocupação dos Poderes da República com os preços dos combustíveis e dos alimentos. "É um problema gravíssimo", afirmou. Pacheco lembrou que os governos estaduais levaram ao Senado diversas ressalvas ao PLP 18. "Dentro do diálogo, que é muito amplo no Senado, buscaremos consenso sobre todos os interesses, ouvindo também os Estados. Acolhemos as reivindicações do Poder Executivo e levamos para a análise dos senadores", complementou o presidente do Senado. Secretário da Fazenda do Esta-

do de São Paulo, Felipe Salto definiu o anúncio feito pelo governo como "uma brincadeira de mau gosto". "Os Estados não têm qualquer garantia", disse ele. Salto questiona a fonte de recursos para tal compensação. "A única receita citada não existe: outorga da Eletrobras. Como farão para ressarcir na presença do teto?", questiona.

Outra crítica do secretário estadual é que primeiro seria aprovado o projeto de lei que estabelece o teto na cobrança de ICMS sobre combustíveis para depois ser encaminhada uma PEC que daria conta do ressarcimento aos Estados.

"As perdas do PLP 18 virão e a PEC ficará tramitando. Mesmo se aprovada, nada garante, pelo anúncio, o ressarcimento", disse. Segundo ele, travar as alíquotas modais em 17% — 18% no caso de SP — já geraria perdas de R\$ 14,4 bilhões. (Colaborou Anais Fernandes, de São Paulo)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Página: 9